

# 5º GRITO DA TERRA PERNAMBUCO

## 21º GRITO DA TERRA BRASIL

Realização:







*PAUTA DO*

**5º GRITO  
DA TERRA  
PERNAMBUCO**

**21º GRITO DA  
TERRA BRASIL**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

A pouca atenção direcionada pelo Governo do Estado às pautas da agricultura familiar fez com que o Movimento Sindical Rural, por meio da Fetape e seus Sindicatos filiados, e um conjunto de movimentos e organizações que atuam no campo (ASA Pernambuco, MST, CPT, CUT e CTB) construíssem esta pauta do 5º Grito da Terra Pernambuco, contendo seis Eixos e 38 pontos, dos quais 14 são considerados centrais.

Os Gritos da Terra foram e sempre serão um importante instrumento do Movimento Sindical Rural e seus parceiros, na luta por políticas públicas que criem as condições necessárias à produção de alimentos de qualidade e ao desenvolvimento sustentável do campo.

Porém, é grave perceber que muitas das pautas do campo vêm se arrastando, ano após anos, porque não são priorizadas pelo Governo, a exemplo da não criação da Secretaria de Agricultura Familiar, e da ausência de ações estratégicas no que se referem ao acesso à terra, água, assistência técnica adequada, educação do campo, saúde, respeitando as especificidades de gênero, geração e das regiões.

Tudo isso sem contar com a falta de atenção a propostas que poderiam contribuir de forma estruturante com a Convivência com o Semiárido (região que ainda vivencia os efeitos da maior seca dos últimos 50 anos), e com a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata (que tem sofrido com a industrialização desordenada, e com a crise do setor sucroalcooleiro, geradoras de desempregos no campo), apresentadas em forma de Diretrizes, desde 2013, pelos Movimentos Sociais e Sindical e pela Igreja Católica, inclusive com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por tudo isso, no dia 20 de maio de 2015, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, vindos de todas as regiões pernambucanas, estarão nas ruas do Recife para reivindicar, do Governo do Estado, o retorno sobre nossa pauta.



# PONTOS CENTRAIS

- 01** Disponibilização de água para o consumo humano e animal (1.1)
- 02** Reestruturação da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, transformando-a em Secretaria da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (2.1)
- 03** Construção de um Banco de Dados sobre a Agricultura Familiar no estado (2.2)
- 04** Retorno sobre a implementação das Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido (3.1)
- 05** Apresentação de um Plano Anual de Metas (2015/2018) do Governo do Estado para títulos públicos de propriedades rurais, priorizando as famílias que desejam acessar o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, e os territórios quilombolas (4.1)
- 06** Abertura, até o segundo semestre deste ano, de concurso público para contratação imediata de extensionistas rurais para o IPA (5.1)
- 07** Garantia de diversificação produtiva no Programa Terra Pronta (5.5)
- 08** Apoio do Governo do Estado à participação de 2 mil mulheres rurais do estado na Marcha das Margaridas, viabilizando o transporte à capital federal (6.1)
- 09** Criação do Pacto pela Vida no Campo (6.2)
- 10** Conclusão e implementação imediata do Plano de Ação Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR) (6.4)
- 11** Aperfeiçoamento do Programa Chapéu de Palha, desvinculando-o do Programa Bolsa-Família, assegurando que, a partir de 2015, o teto mínimo seja fixado em meio salário mínimo (6.8)
- 12** Construção, junto com a sociedade civil, do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido (6.10)
- 13** Implementação do Programa Saúde da Família (PSFs) nas comunidades rurais (6.13)
- 14** Implantação da Política Estadual de Educação do Campo (6.15)

# EIXOS

## 1. Ações Emergenciais

1.1 Disponibilização de água para o consumo humano e animal, de forma a atender às necessidades das comunidades rurais do Semiárido, por meio do aumento em 30% no número de carros-pipa, da finalização de adutoras, perfuração de poços, entre outras ações.

1.2 Reativação do Programa Chapéu de Palha Estiagem para agricultores/as familiares dos municípios atingidos pela seca que decretaram Estado de Emergência.

*Segundo a Coordenação do Garantia Safra, na safra 2014/2015, somente cinco municípios do Sertão (Afogados da Ingazeira, Brejinho, Santa Terezinha, Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo) e seis do Agreste (Canhotinho, Jucati, Manari, Paratama, Santa Maria do Cambucá e Terezinha) não tiveram perdas da produção superior a 50%. Os demais municípios dessas duas regiões foram comprovados com prejuízos superiores a esse percentual.*

1.3 Reativação dos armazéns regionais de distribuição do milho da Conab para ração animal

*Hoje, o estado conta apenas com dois armazéns permanentes da CONAB: Recife e Arcoverde. Em 2013/2014 foram abertos mais 12 pontos de venda: Caruaru, Garanhuns, Bom Conselho, São Bento do Una, Itaíba, Sertânia, Afogados da Ingazeira, Floresta, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Petrolina. De setembro a dezembro de 2014, faltou milho em Pernambuco. Começou a chegar no final de janeiro/2015, com preço de R\$ 41,36, o saco com 60 kg, para a comercialização. Com a isenção do ICMS pelo Governo do Estado, o saco com 60 kg passou a ser comercializado por R\$ 33,81. Preço bem superior ao comercializado no ano passado, que era de R\$ 23,10.*

## 2. Secretaria da Agricultura Familiar e Reforma Agrária

2.1 Reestruturação da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, de modo que a agricultura familiar passe a ser prioridade para essa secretaria, em termos de ações estratégicas e recursos, e, inclusive, alterando a sua identificação para Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, fazendo um alinhamento com a proposta nacional.

*De acordo com o PRORURAL, há, no estado, cerca de 270.000 estabelecimentos da Agricultura Familiar.*

*Segundo NEAD/MDA, em 2004, a Agricultura Familiar já representava 7,49% do PIB de Pernambuco.*

2.2 Criação de um Banco de Dados sobre a Agricultura Familiar, identificando a sua participação na economia do estado, na geração de trabalho e renda, entre outros, centralizando essas informações na Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária e possibilitando o acesso público, com o objetivo de subsidiar a proposição e implementação de políticas públicas nessa área.

## 3. Implementação das Diretrizes apresentadas ao Governo em 2013

3.1 Retorno imediato do Governo sobre como estão sendo trabalhadas as Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata e para a Convivência com o Semiárido (apresentadas pelo Movimento Sindical Rural, Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais, em 2013), inclusive apontando quais ações já estão sendo executadas e quais estão previstas para este ano de 2015.

*Em 2013, a Fetape se reuniu com Movimentos e Organizações Sociais de vários estados do Nordeste e a Arquidiocese de Olinda e Recife para a construção das Diretrizes para a Convivência com o Semiárido. O documento foi lançado com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.*

*Nesse mesmo ano, foram construídas as Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata, que também foram elaboradas pelo Movimento Sindical Rural e um conjunto de parceiros.*

3.2 Criar uma Comissão para acompanhar encaminhamentos das Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata, assegurando a participação do Movimento Sindical Rural e outras entidades da sociedade civil que atuam no campo.



## 4. Acesso à Terra e Regularização Fundiária

4.1 Apresentação de um Plano Anual de Metas (2015/2018), do Governo do Estado, para títulos públicos de propriedades rurais, priorizando as famílias que desejam acessar o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, e os territórios quilombolas.

4.2 Arrecadação imediata das terras das usinas devedoras da Fazenda Pública, destinando-as ao assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, priorizando os assalariados e assalariadas rurais das referidas usinas. Esses passivos deverão ser levantados em conjunto pelos governos estadual e federal, iniciando-se esse processo nas empresas que atualmente impõem impasses sociais e econômicos mais graves e intensos, como as usinas Cruangi/Maravilha, Bulhões, Salgado, Pumaty, Vitória / 13 de Maio e Destilaria Frei Caneca.

*Juntas, essas usinas reúnem mais de 80 mil hectares de terra.*

4.3 Contratação, até o final de 2015, de 200 famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), sendo, no mínimo, 30 jovens, demanda qualificada na linha de financiamento Nossa Primeira Terra (NPT).

*Nos últimos cinco anos, apenas 339 famílias foram contratadas no estado.*

4.4 Contratação, pelo Iterpe, de equipe multidisciplinar (profissionais nas áreas de Ciências Agrárias, Sociais, Agrimensura e Contábil) para a estruturação da Unidade Técnica Estadual, e acompanhamento das áreas já contratadas; e de equipes específicas para execução das atividades de medição, avaliação e individualização, no processo de contratação de novas áreas.

*Situação atual, segundo o próprio Iterpe: 1 advogado, 1 assistente administrativo; 7 engenheiros agrônomos; 1 engenheiro agrônomo – avaliador; 5 técnicos agrícolas; 1 técnico em prestação de contas; 6 técnicos da área social; 1 técnico jurídico; 1 topógrafo, para todo o estado.*

## 5. Ações estruturantes para a produção e a comercialização da agricultura familiar

5.1 Abertura, até o segundo semestre deste ano, de concurso público para contratação imediata de extensionistas rurais para o IPA, visando ao assessoramento aos/às agricultores/as familiares; além de estruturação física dos escritórios do órgão nos municípios.

*Segundo o IPA, hoje são atendidos, em todo o estado, cerca de 100.000 famílias de Agricultores Familiares das 270.000 existentes.*

5.2 Garantia de contratação de uma assistência técnica especializada para o atendimento às mulheres produtoras, e aos jovens beneficiários da Linha Nossa Primeira Terra, do PNCF, atendendo inicialmente a nove propostas já contratadas, que beneficiam 92 jovens, em todo o estado.

5.3 Lançamento, ainda este ano, de Edital Público de Ater Complementar, conforme a Lei nº 15.223, que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco – PEATER-PE, desde 2013, e que ainda não foi implementada pelo estado.

5.4 Distribuição de 10 mil kits de irrigação para agricultores/as familiares, adequados à realidade da disponibilidade hídrica da Zona da Mata e do Semiárido.

*Esses irrigarão 20 mil hectares de terra, gerando uma média de 30 mil empregos no campo. Isso também contribuirá com a produção de alimentos agroecológicos para o abastecimento do mercado local*

5.5 Garantia de que o Programa Terra Pronta agregue um processo de diversificação produtiva, de acordo com a realidade de cada região, respeitando o calendário agrícola, e investindo na produção de mudas frutíferas, florestais e sementes crioulas diversificadas, bem como raquetes de palma forrageira resistentes à cochonilha do carmim, advindas da agricultura familiar.

*Atualmente a distribuição limita-se às sementes do milho e do feijão, adquiridas de empresas.*

5.6 Constituição de um Programa de Sementes e Mudas, assegurando que as sementes e mudas adquiridas pelo estado sejam provenientes da agricultura familiar.

5.7 Garantia de que a gestão da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf), na Ceasa, fique sob a responsabilidade de uma Comissão formada por Movimentos Sindical e Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no campo, com o apoio do Governo do Estado.

*O espaço da CECAF tem 501 módulos com 3m<sup>2</sup> cada. Ele era para ser utilizado só pela agricultura familiar, porém, existem pessoas que só fazem comercializar, ou seja, não produzem.*

*O espaço chega a reunir, em algumas safras, cerca de 500 agricultores, mas rotineiramente só são 300. Os municípios com maior presença são: Vitória de Santo Antão, Chã Grande, Amaraji, Primavera, Cabo, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Passira, João Alfredo, Limoeiro, Casinhas, São Lourenço da Mata, e Carpina.*

5.8 Participação do Governo do Estado na organização da gestão e no processo de mudança do sistema de irrigação para a produção dos Projetos de Reassentamento de Itaparica, e também na assistência técnica.

5.9 Garantia de assessoria técnica do estado à organização produtiva dos grupos de agricultores e agricultoras familiares com potencial para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

*Segundo informações do Sistema de dados do Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e finalizado em 2013, Pernambuco possui 1001 Empreendimentos Econômicos Solidários Rurais entre associações, cooperativas e grupos informais que, se devidamente assessorados, podem se formalizar e qualificar a sua produção e comercialização de produtos, inclusive através de políticas públicas como o PAA e o PNAE. (fonte: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>)*

5.10 Apoio do Governo do Estado à logística de transporte dos produtos e à estruturação das Feiras Agroecológicas existentes nas diferentes regiões.

*Segundo levantamento feito pela Articulação de Feiras Agroecológicas do Estado de Pernambuco, iniciativa que vem sendo protagonizada por representantes das feiras e organizações de assessoria à agricultura familiar, o estado possui, hoje, cerca de 70 feiras agroecológicas. Só na região metropolitana são 27. Cerca de 840 famílias agricultoras estão envolvidas, o que representa a participação de 3360 pessoas.*

## 6. Implementação de políticas públicas sociais no campo

6.1 Apoio do Governo do Estado à participação de 2 mil mulheres rurais do estado na Marcha das Margaridas, viabilizando o transporte à capital federal.

6.2 Criação do Pacto pela Vida no Campo – com a formação de Núcleos Comunitários de Segurança no Campo, entre outras ações discutidas com os Movimentos Sindical Rural e Sociais.

*Em 2014, os conflitos por terra ocorreram em 59 municípios, envolvendo 6.581 famílias, segundo relatório da CPT. Já no que se refere a outros tipos de violências, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS), não existem dados específicos sobre a zona rural. A “subnotificação” se dá, de acordo com a explicação, porque no ambiente rural é quase que inexistente a nomenclatura oficial dos logradouros existindo apenas sítios ou chácaras. Geralmente, quando não se informa o local, subentende-se que seja na zona rural.*

6.3 Combate à violência contra a mulher - Instalação de Delegacias da Mulher, em todas as cidades-polos, assegurando profissionais preparados para o atendimento às vítimas de violência.

*Atualmente, no interior do estado, só existem delegacias especializadas em Petrolina, Caruaru, Surubim, Goiana, Garanhuns e Vitória de Santo Antão, de acordo com a Secretaria da Mulher.*

6.4 Conclusão e implementação imediata do Plano de Ação Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelecimento de estratégias estaduais de divulgação do CAR na grande mídia, para que os agricultores tenham acesso às informações necessárias ao cadastramento.

*O prazo legal acaba no dia 05 de maio de 2015, porém com prorrogação até 05 maio de 2016, conforme a Lei 12.651/12.*

*Em Pernambuco, são 275 mil propriedades com até 4 módulos fiscais (pequenas propriedades) que precisam fazer o cadastro.*

6.5 Elaboração, por meio de Conferências Regionais, do Plano Estadual de Combate ao Uso dos Agrotóxicos, com base no Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

*Cada Pernambucano consome, em média, 5,2 litros de agrotóxicos por ano (média nacional). Há no estado um descumprimento da Legislação, segundo o Fórum Pernambucano de Combate aos Efeitos do Uso de Agrotóxicos. Isso se comprova com a existência de pulverização aérea; a falta de preparação das unidades de saúde pública para receber vítimas de intoxicação por esses venenos; insuficiente número de centrais de recebimento de embalagens de agrotóxicos (apenas 02 no estado: Carpina e Petrolina); e precária fiscalização da exigência do uso de receitaário agrônomo, para a compra desses produtos.*

6.6 Oficialização da posição favorável do Governo do Estado no que se refere à criação da Reserva Extrativista Ipojuca-Sirinhaém, pelo Governo Federal.

6.7 Garantia de contrapartida do Governo de Estado, no que se refere à complementação mão de obra, no valor de R\$ 5 mil, por unidade habitacional, para a implementação das demandas contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

6.8 Aperfeiçoamento do Programa Chapéu de Palha, desvinculando-o do Programa Bolsa Família; assegurando que, a partir de 2015, o teto mínimo seja fixado em meio salário mínimo e cadastrando todos(as) os(as) membros assalariados (as) da família, na perspectiva de que todos(as) eles tenham acesso.

6.9 Constituição de uma Comissão entre a Secretaria de Educação do Estado e o Movimento Sindical Rural para estruturar e acompanhar toda a ação pedagógica do Programa Chapéu de Palha, fundamentada nas Diretrizes da Educação do Campo, articulando uma formação profissional que dialogue com a realidade dos assentamentos e da agricultura familiar.

6.10 Construção, junto com a sociedade civil, do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, tomando como base a Política de Convivência com o Semiárido do Estado e as demandas apresentadas durante as conferências ocorridas em 2013.

6.11 Ampliação da parceria com o Governo Federal para a universalização das cisternas de placas, com 16 mil litros e 52 mil litros, respectivamente, dos Programas P1MC e P1+2.

6.12 Implantação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, considerando a realidade de Pernambuco, com ampla discussão com os Movimentos Sociais e Sindical do Campo.

*Neste, que é o ano de realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde, Pernambuco irá realizar sua Conferência Estadual, espaço legítimo para aprovar a Política Estadual de Saúde Integral das Populações do Campo, com ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual; assegurando a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; priorizando a redução das desigualdades de acesso às ações e aos serviços do SUS para essas populações e garantindo a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida.*



6.13 Implementação do Programa Saúde da Família (PSFs) nas comunidades rurais, contemplando atendimentos específicos às pessoas da terceira idade, mulheres e jovens, promovendo discussões com os Movimentos Sociais e Sindical do Campo, para definição dos locais de implementação.

6.14 Disponibilização, em todos os hospitais da Rede Estadual, de profissionais especializados em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Rural, que atenda e faça o acompanhamento de pessoas que trabalham com agrotóxico, realizando regularmente exames de colinesterase, inclusive sendo de acesso aos interessados o diagnóstico por microrregião das pessoas contaminadas mensalmente, com o objetivo de tomar providência preventiva.

*Nos últimos cinco anos, levantamentos apontam que 2264 pessoas tenham sido intoxicadas por agrotóxicos, sendo 1568 na área agrícola (Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan). Esses números estão longe da realidade, se levado em conta o alto índice de subnotificações.*

6.15 Implantação da Política Estadual de Educação do Campo, contemplando a institucionalização do seu espaço na estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Educação.

*Pela ausência da Política Estadual de Educação do Campo, situações graves como o fechamento das escolas do campo acontecem de forma desenfreada. Hoje, estima-se que já são mais de 2000 escolas do campo fechadas em Pernambuco.*

6.16 Garantia de estrutura física, política e pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos do Campo – EJA Campo, considerando: formação continuada dos/as professores/as; transporte escolar que atenda as necessidades e realidade do campo, contemplando estudantes e professores; merenda escolar, assegurando qualidade e frequência; infraestrutura física das escolas do campo; material didático e pedagógico para os/as professores/as e estudantes; aquisição de livros; e a institucionalização da Comissão Política Pedagógica da EJA Campo, com efetiva participação dos Movimentos Sociais e Sindical do Campo, como espaço propositivo, consultivo e de monitoramento das políticas e programas nessa área.

*Atualmente, há mais de 9.000 estudantes da EJA Campo cadastrados no Senso Escolar.*

6.17 Incluir, ainda este ano, no programa de formação/qualificação profissional do estado cursos que fortaleçam as atividades da agricultura familiar.

\*\*\*\*\*



